INDÍGENAS MULHERES: VOZES SOBRE O EXÍLIO KRENAK

BIANCA MONTEIRO PORTO DA CUNHA FERREIRA¹
UFPA

JHEUREN KAROLINE COSTA DE SOUZA²
UFPA

RESUMO: *O trabalho aborda o deslocamento forçado vivenciado pelos indígenas da etnia Krenak no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Usaremos os depoimentos de duas mulheres Krenak para que, por intermédio de suas vozes, se discuta os efeitos sociais das ações estatais contra esse grupo humano. Assim, este artigo tem o intuito de destacar o protagonismo da indígena mulher que fala pelo coletivo Krenak como forma de pensar narrativas contra-hegemônicas da verdade.*

PALAVRAS-CHAVE: *deslocamentos forçados; exílio; mulheres indígenas; Krenak.*

ABSTRACT: *This study addresses the forced displacement experienced by Natives of the Krenak ethnicity during the Brazilian military dictatorship (1964-1985). The research draws upon the testimonies of two Krenak women to identify the social effects of state actions against the entire Krenak community through their voices. In this way, this article aims at highlighting the prominence of the Indigenous woman who speaks for the Krenak collective, as an approach to counter-hegemonic narratives of truth.*

KEYWORDS: *forced displacement; exile; Indigenous women; Krenak.*

No artigo analisa-se como os efeitos sociais da política de deslocamentos forçados manejada pelo Estado brasileiro em face dos Krenak foram sentidos pelas mulheres desse povo. Para tanto, tomamos os relatos de duas mulheres indígenas *Krenak*, de diferentes idades e com

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: biancaporto0@gmail.com.

² Bolsista de Iniciação Científica – CNPq/UFPA, discente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jheurensouza04@gmail.com.

diferentes vivências, cujos depoimentos trazem memórias próprias ou herdadas de seus grupos sobre o exílio na Fazenda Guarani, em 1972.

Ao considerarmos que historicamente as situações de guerra e de conflitos são contadas a partir das perspectivas oficial e masculina, entendemos que conhecer as nuances dos episódios de deslocamentos forçados dos Krenak através dos relatos de mulheres indígenas funciona como uma forma de questionar o local de subalternidade e obscuridade no qual a produção colonial insiste em situar as narrativas de mulheres etnicamente diferenciadas (SPIVAK, 2010).

Então, ao tratarmos de um período em que vigorou a ditadura cívico-militar (1964-1985), em que os anseios por “progresso” nortearam a ação estatal e marcaram de forma indelével a relação entre os povos indígenas e o Estado brasileiro, refletimos sobre um momento de acirramento de práticas violentas, tentativas de dominação e controle da presença indígena. Afora, discutimos a atuação dos órgãos indigenistas, centrais na operacionalização desse monitoramento: o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que operou de 1910 a 1967, e a Fundação Nacional do Índio (Funai), de 1967 até os dias de hoje.

Por isso, além dos depoimentos das mulheres, utilizamos para fins de análise o Relatório Figueiredo, um dos documentos mais relevantes para se pensar a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, pois foi resultado das investigações da Comissão de Inquérito instaurada para apurar as denúncias de irregularidades cometidas por funcionários do SPI. A partir dele, percebe-se certos padrões da ação estatal com relação ao tratamento das questões territoriais dos povos indígenas. Foi a partir de sua divulgação em 1967 que o SPI foi dissolvido, para dar lugar à Funai.

Utilizamos ainda os relatórios temáticos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), elaborados também a partir do Relatório Figueiredo, sobretudo o texto temático 5 do volume 2, referente às violações de direitos humanos dos povos indígenas, sob coordenação da psicanalista e membra da CNV, Maria Rita Kehl.

Assim, ao se tomar conhecimento do grave teor contido nos referidos documentos, percebe-se que muito mais certamente existiria nos relatos de quem viveu ou de quem herdou as memórias e os efeitos da estada em um exílio, absolutamente à contragosto dos protagonistas das atrocidades.

O ir e vir do povo Krenak

A etnia Krenak é um dos grupos genericamente identificados como Botocudos, classificação atribuída pelos portugueses para referir os grupos indígenas que utilizavam o botoque (pedaço de madeira que usavam nas orelhas e nos lábios inferiores), mas autodenominados *Borum*, por considerarem “Botocudos” uma designação pejorativa e ofensiva (MISSAGIA DE MATTOS, 2004).

Localizados originariamente entre as bacias do Mucuri e médio Doce, na região de encontro dos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, os Botocudos eram conhecidos por resistirem com tenacidade à invasão de suas terras, respondendo com “ferocidade” às tentativas de “pacificação”. Manuela Carneiro da Cunha, ao falar da política indigenista, no século XIX, conta que os Botocudos eram tidos como indivíduos a serem combatidos, “contra quem se guerreia por excelência nas primeiras décadas do século: sua reputação é de indomável ferocidade” (2012, p. 62).

Por óbvio, os Krenak eram compreendidos da mesma maneira, isto é, a partir de uma “linguagem bélica” (MISSAGIA DE MATOS, 2004, p. 140), especialmente porque a própria origem do povo Krenak se deu a partir da dissidência entre um grupo botocudo, os Gutkrak, que se pulverizou na mata após a rejeição das tentativas de atração do Serviço de Proteção

aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN)³, formando, então, a etnia Krenak no início do século XX (PARAÍSO, 1992).

Apesar de os Krenak se mostrarem, de fato, solidamente resistentes ao contato com o não indígena, a imagem violenta e hostil a eles atribuída foi agudizada e, portanto, gerada pela própria violência colonizadora. Taussig (1993) chamou o processo de “paranoia colonial”. O colonizador produziu a imagem do “colonizado” de modo a forjá-lo como selvagem, violento, degenerado, criando-se, então, uma cultura do terror que justificasse a conquista e as ações tutelares em relação a essas pessoas (TAUSSIG, 1993; BHABHA, 1998). Quanto mais “bravio” o indígena, mais enfática a investida colonial (BRIGHENTI, 2015).

Essa relação de proteção e sujeição manejada pelo Estado em relação aos povos indígenas, denominada de tutelar por Antonio Carlos de Souza Lima (2014a, p. 27), adentra os espaços, sejam geográficos, sociais ou simbólicos, e se reproduz por meio de agências determinadas (a exemplo do SPI e, posteriormente, da Funai) e se dispersa para além da ação governamental (SOUZA LIMA, 2014b).

O exercício do poder tutelar se pretendeu abrangente nacionalmente, assim, a criação de postos indígenas por todo território brasileiro correspondeu a esse apelo. Em verdade, funcionam como imposição de controle através de uma rede de vigilância que visa mediar a circulação dos povos, de recursos naturais e de mão de obra, sempre para fins de acumulação e estatização de riquezas, seja para exploração direta ou indireta (SOUZA LIMA, 2014b).

A política indigenista e a política dos deslocamentos forçados parecem andar de mãos dadas (SILVA, 2009). “Atrair”, “pacificar”, tornar o indígena força de trabalho e fixá-lo em território circunscrito pelo Estado eram pretensões e ações que formavam a rede de atuação do SPI, e que significavam tirar os povos indígenas das terras originalmente ocupadas para liberá-las para exploração econômica.

³ Denominação do SPI até 1918, quando a Localização dos Trabalhadores Nacionais ganhou autonomia.

O povo Krenak é um dos principais exemplos de coletivos indígenas que têm marcadas em sua história as sucessivas saídas de suas terras por motivações, na maioria das vezes, alheias a sua vontade. Ao se considerar somente a história recente dos Krenak, os deslocamentos forçados se repetiram no decorrer do século XX, especialmente a partir do início da atuação do SPI.

O primeiro deles ocorreu por volta de 1958, quando os Krenak habitantes das margens do Rio Doce, sob administração do Posto Guido Marlière (MG), foram deslocados para o Posto Maxacali – também chamado Posto Engenheiro Mariano de Oliveira (MG) – supostamente, em razão de uma revolta indígena motivada pelo desvio da sua produção (milho, café e arroz) por parte do SPI. Os indígenas teriam jogado uma bomba na casa do chefe do posto indígena e, por isso, teriam sido transferidos imediatamente, segundo as ordens do capitão da Polícia Militar Manuel dos Santos Pinheiro (VALENTE, 2017).

Segundo o relatório temático da CNV (2014), a decisão de remover os indígenas à força correspondia à derradeira fase da ação do órgão indigenista para liberar as referidas terras para colonização, e teria ainda sido executada sem qualquer planejamento ou comprometimento com a situação dos grupos indígenas.

Foram deslocados 52 indígenas Krenak em caminhões do Serviço Florestal para o Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, onde viviam indígenas Maxakali, inimigos tradicionais dos Krenak (MISSAGIA DE MATTOS, 2004; CORRÊA, 2000). No posto, além da rivalidade entre as etnias, as condições de saúde e alimentação já eram precárias, não havendo qualquer condição de abrigar mais pessoas (CORRÊA, 2000).

Uma parte dos Krenak resolveu permanecer no Maxakali, alguns foram forçados pelo SPI a seguirem em direção ao Posto Vanuíre (no interior do estado de São Paulo, para viver junto aos Kaingang), outros tantos se espalharam em outras regiões, mas 20 deles decidiram voltar ao Posto Guido Marlière a pé, durante 95 dias, pois o SPI teria se recusado a levá-los de volta. Contudo, ao retornarem, "tornaram-se na prática

arrendatários de fazendeiros que, por sua vez, haviam arrendado as terras do SPI " (VALENTE, 2017, p. 76).

Tempos depois, nos fins da década de 60 do século XX, nas terras referentes ao Posto Guido Marlière, foi oficialmente instalado o Reformatório Indígena Krenak, idealizado e gerenciado pelo capitão da Polícia Militar Manuel dos Santos Pinheiro. O local era uma espécie de prisão, na qual eram encarcerados e torturados os indígenas considerados revoltosos, “desajustados socialmente”. Os Krenak que haviam retornado, também foram submetidos às regras do reformatório e acabaram sendo “prisoneiros em suas próprias terras” (VALENTE, 2017, p. 77). Em 1972, quando o SPI já havia sido dissolvido e, em seu lugar criada a Funai, os Krenak foram novamente deslocados. A FUNAI teria determinado sua remoção para a chamada Fazenda Guarani (MG), de propriedade da Polícia Militar de Minas Gerais, com o intuito de liberar a área para ser explorada por fazendeiros.

José Gabriel Silveira Corrêa (2014) conta que a Fazenda Guarani era ocupada por 29 famílias de funcionários da Polícia Militar quando da chegada de 36 indígenas Krenak e mais outros 19 indígenas provenientes do Reformatório. A transferência teria sido feita mediante violência, com os indígenas algemados. Ali, os indígenas continuaram sofrendo os efeitos das detenções, uma vez que, após a extinção do Reformatório Krenak, a Fazenda Guarani passou a funcionar como presídio – ou “centro de correção”, como preferia denominar a Funai.

Os Krenak, entretanto, não aceitaram sua remoção. Oito anos depois, retornaram definitivamente para suas terras, às margens do Rio Doce, ainda que sob protestos do órgão indigenista. O constante ir e vir dos Krenak no decorrer da história produziu inúmeras perdas e a dispersão de seus membros. Mas, acima de tudo, representou um exercício de resistência parcimoniosa, revelador do processo de territorialização estabelecido a partir da vivência e reelaboração da experiência de acordo com seus próprios termos, valores e interesses (OLIVEIRA, 2002).

Sem pretender deixar de lado a capacidade de (re)existência dos Krenak, mas buscando confrontar o silêncio que impera ante ações violentas perpetradas ou permitidas pelo poder estatal, é de suma importância colocar em perspectiva o acirramento dessas práticas, especialmente no período da ditadura cívico-militar vigente à época da remoção forçada dos Krenak para a Fazenda Guarani.

Nessa ocasião, os indígenas eram apreendidos por motivos banais e arbitrários, a exemplo do uso de álcool, “vadiagem”, saída sem autorização das autoridades do posto indígena, prostituição ou “perturbação” da ordem (CORRÊA, 2014).

Em Ação Civil Pública⁴ interposta pelo Ministério Público Federal de Belo Horizonte (MG), em que foram denunciadas as violações de direitos humanos cometidas em face dos Krenak no Reformatório, muitos foram os relatos de torturas, homicídios, humilhações, estupros, trabalhos forçados até a exaustão, desagregação familiar, suicídios.

Os episódios narrados na referida ação judicial demonstram como as mulheres indígenas sentem em seus corpos a violência colonial ao serem obrigadas a trabalhar ainda em estado de puerpério, além de frequentemente serem violadas sexualmente por militares e funcionários do órgão indigenista ou, ainda, quando sequer podiam escolher seus parceiros sexuais por serem considerados “inadequados” (MPF, 2015). Tinham, pois, sua mobilidade e sexualidade completamente controladas. Em situações como essas, o corpo feminino passa a ser como um campo de batalha simbólico no qual diferenças culturais e políticas se expressam e o estupro é visto como genocídio (VITO; GILL; SHORT, 2009).

Como se vê, o gênero possui uma função importante nos processos de controle social e econômico. María Lugones (2014) complexifica o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, ao desenvolver sua fundamentação acerca da colonialidade de gênero. Segundo a autora, o

⁴ A Ação Civil Pública (processo nº 64483-95.2015.4.01.3800), corre na Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais em face da União, do Estado de Minas Gerais, da Função Rural Mineira – RuralMinas – e de Manoel dos Santos Pinheiro.

sistema moderno colonial cria uma lógica opressiva a partir de dicotomizações hierárquicas e categoriais que viram referências para se pensar sobre gênero, sexualidade e raça, a saber: humano e não humano, colonizadores e colonizados, homem e mulher.

A colonialidade de gênero é uma forma de subalternização da mulher étnica e racialmente diferenciada, cuja condição humana é negada, na medida em que o gênero é imposto a ela. E, para Lugones (2014), é na colonialidade de gênero que reside a origem das violências sofridas pelas mulheres etnicamente diferenciadas.

A partir dessa compreensão e da ideia de que as violações ao corpo muitas vezes não podem ou não precisam ser verbalizadas, uma vez que podem permanecer gravadas na vida cotidiana de quem as sofreu, testemunhou ou “herdou” sua memória (DAS, 1999), é que se passa a refletir sobre os relatos de duas mulheres Krenak, uma jovem adulta e outra anciã, acerca dos deslocamentos forçados vivenciados por seu povo, em especial o ocorrido em 1972.

Shirley Krenak: em oitiva ao Ministério Público Federal

Shirley Djurkurnã Krenak é indígena, professora de história na rede estadual e autora do livro *A onça protetora*. É residente do município de Resplendor em Minas Gerais e conhecida pelas inúmeras entrevistas que deu sobre o desastre ambiental da cidade de Mariana⁵. Shirley é liderança krenak e voz de denúncia das ações arbitrárias perpetradas contra seu povo.

⁵ O desastre ambiental de Mariana ocorreu em 5 de novembro de 2015, no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do município brasileiro de Mariana, em Minas Gerais. Foi o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração, controlada pela Samarco Mineração S.A e também pela Vale S.A e pela empresa anglo-australiana BHP Billiton. Esse rompimento é considerado o desastre ambiental de maior impacto da história do país e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos. Essa lama atingiu o Rio Doce, o qual abastecia inúmeros municípios do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo. Permanece sem solução adequada para os atingidos.

Conhecemos Shirley na busca incessante por mulheres indígenas que fossem interlocutoras acerca da ditadura, no acervo do Ministério Público Federal, mais especificamente em um canal *on-line* no qual o órgão exhibe vídeos e programas de interesse público. O vídeo apresenta um seminário que aconteceu na Procuradoria Geral da República, 3ª Região. O seminário teve como tema *Direitos Indígenas: Panorama Atual* e aconteceu no dia 19 de abril de 2017 (dia dos povos indígenas). Foi coordenado por Paulo Thadeu Gomes da Silva, procurador regional da República.

Além disso, encontramos no âmbito do órgão duas Ações Civis Públicas propostas sobre a violação de direitos indígenas no período ditatorial. Uma em Mato Grosso, com relação aos Xavante, e outra, mencionada anteriormente, em Minas Gerais, com relação ao povo Krenak.

Tal acervo comprova que o órgão tenta cumprir seu papel de aliado na luta dos inúmeros povos indígenas do Brasil, na intenção de garantir os direitos diferenciados. E ainda, que uma mulher indígena está sendo ouvida pelos setores hegemônicos da sociedade, mesmo que fale de lembranças aprendidas com o pai, caso de Shirley. Há marcas na memória desses povos sobre o período ditatorial, como veremos abaixo.

Assim, nas palavras de Shirley Krenak:

É bom dia ainda, né? Meu nome é Shirley Djurkurnã Krenak. **Sou mulher**, mãe e liderança do meu povo. É muito difícil pra mim porque eu tô junto com meu pai, esse senhor aqui [aponta para a fotografia à mesa], meu pai. Valdemar Krenak, Ithothó Krenak... Exilado. [Suspira fundo] Djurkurnã na minha língua significa "pessoa que nunca fica velha, sempre criança", sempre com uma essência limpa e pura e eu começo assim: somos Borun e nos identificamos como Krenak, *kren* – cabeça, *nak* – terra. Na língua do meu povo, me chamo Djurkurnã. Pertencço ao povo Krenak que sofreu com a violência de diversos grupos opressores. Fomos afastados do nosso território original e por muitos anos fomos escravizados. Diversas foram as tentativas de lutar contra as ações colonizadoras que se espalhavam

na guerra justa. Sofremos muitas mudanças no decorrer da colonização. Espoliação das nossas terras, depopulação causada por doenças, pacificação, missões, mineração, ferrovia, **ditadura**, hidrelétrica e crime ambiental. Essas eram e ainda são as formas que os governantes do nosso país têm de buscar e fazer **progresso**. Progresso forçado, que nos tira a todo momento o direito de ir e vir. Os Kraikrento que é o povo louco que não tem essência e que não tem noção, não quer saber o que pensamos e o que almejamos. A destruição dos nossos direitos acontece todos os dias ... Não só o meu, mas o de vocês também. E mesmo com todo esse processo de destruição de direitos em massa, nós, povos indígenas do Brasil e do mundo, continuamos firmes e lutando... Procurando nos adequar com essas simples mudanças que vieram e que acontecem no decorrer do tempo. Simples, mas não deixamos de falar nossa língua e nem de lutar para continuar com a nossa essência (Realces nossos).

Shirley Krenak inicia sua fala questionando o progresso discutível que o Estado brasileiro impôs aos povos indígenas desde o início da colonização, o qual jamais resultou em melhorias para essas comunidades, como verificado no depoimento. Um “progresso forçado”, que impede a circulação de pessoas, a reprodução de grupos e ocasiona o genocídio de coletivos tradicionais.

Tratar de violações de direitos contra os povos indígenas é sentir como esse processo se deu e ao mesmo tempo se indignar com as formas de espoliação, de massacre. Falar da ocupação de terras como um suposto processo de “aculturação” é minimizar as atrocidades pelas quais diversos povos passaram. Precisa-se falar de massacres, estupros, deslocamentos forçados; de etnocídio, e mesmo genocídio, de maneira adequada, tal qual Shirley Krenak reforça:

Como diz o meu irmão Douglas – que aqui é uma fala dele, eu estou aqui representando o meu irmão. Está na hora de uma nova revisão histórica do nosso país, onde a visão predominante não seja dos grandes heróis, mas sim de nós, os povos indígenas do Brasil.

Acima, a interlocutora destaca que está ali na posição de representante do irmão e abaixo é possível notar que ela conta lembranças e “causos” de seu pai. Ambos homens. Contudo, destacamos o protagonismo e agência dessa mulher que fala pelos homens do grupo.

É necessário, que não nos esqueçamos das diversas maneiras pelas quais as mulheres indígenas resistem a essas violações dos agentes do Estado. Há de se considerar suas agências. Como afirma Camille Barata (2018), faz-se necessário pensar sempre no seu protagonismo frente às situações de precariedade e violência.

O protagonismo das mulheres indígenas, entendidas como categoria de luta e resistência, é referendado pelo que diz Judith Butler (2011), quando afirma ser necessária uma ampliação das reivindicações sociais e políticas para que as vidas lesadas ou perdidas sejam consideradas vidas de fato, neste caso me refiro à vida das mulheres indígenas. Ela afirma:

Contudo, quero demonstrar que, se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre os direitos à proteção e o exercício do direito à sobrevivência e à prosperidade, temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social (2011, p. 15).

A vida dessas mulheres indígenas necessita ser pensada nesse contexto de dominação colonial para vermos as opressões que são enfrentadas por elas: a de gênero, raça e etnia. Mulheres indígenas são tomadas, neste cenário de ditadura militar, como subalternizadas, de acordo com o sentido apresentado por Spivak:

Às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante (2010, p. 12).

Shirley, em continuação ao depoimento oferecido no seminário, antes referido, diz:

E aí eu venho comentar o que o meu avô falou pro meu pai. Pois que pediram pra eu falar um pouquinho sobre a questão da ditadura e aí veio um comentário que meu pai fez comigo. É porque a gente tem costume de acender fogueira e contar histórias, e nesse dia o meu pai contou uma pra mim e ele começou assim... Meu pai começou a ficar muito triste sobre a Fazenda Guarani. Ele já estava bem de idade (o nome do pai do meu pai é Iako Krenak)... o que a gente veio fazer aqui, meus filhos? O que esse pessoal está fazendo com a gente? Que governo é esse que nos tira tanto e que nos faz tanto mal, nos tirando da nossa própria casa? Estou tão triste por estar longe da minha terra que não encontro forças mais nem pra comer. Meus parentes estão tudo enterrado no Krenak e eu tô aqui. E se eu morrer? Vou ser enterrado aqui, longe da minha terra? Não sei o que faço na Fazenda Guarani. Vou ser enterrado aqui, longe da minha terra. Não sei o que faço. Não sei o que faço. Aqui não tem rio pra pescar, só tem morro. [Suspira fundo] Olha meu filho [ele falando pro meu pai] esse lugar não é meu e eu quero pedir a vocês, quando eu morrer, que vocês arrumem outro lugar pra vocês. Junto com seus parente; aqui não dá pra vocês ficar. E aí, o meu avô adoeceu. Ficou com caroço no estômago, parou de comer, de beber água, ficou triste. E acabou falecendo na Fazenda Guarani. Exilado. Retirado da sua própria terra. Contra sua própria vontade.

Neste trecho, o pai de Shirley está se referindo ao último deslocamento sofrido pelos Krenak no período da ditadura, discutido no tópico anterior. Ela conta as lembranças de seu pai, uma liderança krenak. Poucos ou “nulos” são os relatos de mulheres indígenas considerados sobre o período ditatorial, reforçando o que Cristiane Lasmar afirma:

Além de estar diretamente ligada ao problema mais geral da hegemonia da perspectiva masculina nas ciências sociais, a invisibilidade das mulheres indígenas é um caso específico da invisibilidade dos próprios índios, categoria étnica e racial ainda atrelada, na visão do senso comum, a representações enraizadas em fontes remotas, e cuja elaboração inicial recua aos primeiros séculos da colonização do Novo Mundo (1999, p. 3).

Shirley Krenak conta sobre a dificuldade que o grupo enfrenta quando uma liderança é retirada do meio deles:

Quando uma liderança é retirada do seu povo de forma absurda, o povo todo sofre. Não é só uma pessoa que sofre, não temos como tratar esse assunto de forma individual, porque é um processo coletivo. O nosso assunto não é individual. Foi o povo inteiro que sofreu com a ditadura militar e com todos esses processos de progresso. E hoje a gente busca nos adequar de uma forma difícil dentro dessa forma de fazer progresso. **E tudo que nós mais queremos é que o governo reconheça que errou.** Mas é difícil a gente reconhecer de que erra, né? É muito difícil. A gente só quer uma coisa, o reconhecimento do erro. De uma forma coletiva. **Simplesmente isso. Simplesmente...** (Realces nossos).

Por fim, Shirley Krenak afirma representar todo seu povo e isso é importante para construção de uma nova história, a ser contada pelas mulheres do grupo.

Eu aqui representando todo meu povo. Eu aqui represento todos os povos de Minas Gerais. E eu aqui represento todos os povos do Brasil que sofreram com tudo isso que eu acabei de falar. Peço desculpa pela emoção, mas se coloquem no meu lugar! Sou filha de Valdemar Krenak, neta de Iako Krenak, bisneta de cap. Moinho e tataraneta do Velho Krenak. E pra terminar minha fala, eu termino assim: Sou índio Krenak. Tenho orgulho de dizer. Sou tronco de uma árvore. Sou forte pra valer. Cortaram todos os meus galhos. Pensando que eu ia morrer. Mas o sol e a chuva me deu vida pra viver. *Ererré* e muito obrigado!

A sra. Krenak

O relato da sra.⁶ Krenak foi colhido por ocasião do IX Encontro da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação

⁶ Não há informações sobre o nome da indígena ouvida por ocasião do IX Encontro da ANDHEP, nem na Programação do evento e nem no momento da Mesa. Aqui ela será referida como sra. Krenak. É interessante, como sem se dar conta, reproduzimos comportamentos coloniais e violências de gênero contra as mulheres – no caso de indígenas, perdem até o nome.

(ANDHEP), cujo tema foi *Direitos Humanos, Sustentabilidade, Comunidades Tradicionais e Circulação Global*, ocorrido em Vitória (ES) entre os dias 23 a 25 de maio de 2016, no qual a indígena falou durante a mesa redonda denominada *Povos Indígenas e Ditadura Militar MG-ES* e, por não falar Português, foi traduzida por seu filho.

Antes de tomarmos seu relato, é importante pontuar algumas questões. O que sabemos sobre a narrativa da sra. Krenak foi o que transpôs o filtro de um homem, seu filho. É comum conhecermos a história de guerras e conflitos a partir da voz masculina (ALEKSIÉVITCH, 2016), a qual, necessariamente, “deixa passar” aspectos referentes às opressões sociais que somente as mulheres vivenciam. Pode-se supor, então, que o filho da indígena possa encobrir, mesmo não intencionalmente, nuances marcadamente específicas da experiência de sua mãe, mulher e mais velha.

A tradução, entretanto, não perde legitimidade ou verossimilhança. Compreendemos que a tradução do relato reflete a memória coletiva do grupo apreendida pelo filho da senhora. Este, por mais que não tenha vivenciado diretamente os eventos que narra, aciona a memória construída mediante fatos que ganham projeção ou de identificação coletiva “tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 201).

Isso se verifica quando, no início de sua fala, o indígena ora diz que vai contar tudo o que sabe, ora diz que vai contar o que sua mãe está falando “porque é tudo verdade”. A memória é, pois, um ir e vir do que é individual, do que é do outro e do que é coletivo.

No relato da mulher indígena, os quatro momentos da diáspora krenak são perceptíveis: o que antecedeu a ida, a viagem, a chegada à Fazenda Guarani e a decisão de voltar.

O trecho que denota o receio e o temor que antecede a partida:

O meu irmão, ele não queria ir. Tentaram de tudo. Até que conseguiu ir. Mas quando chegou lá. A cobra picou

e ele morreu. Ele sabia que ele não queria ir porque ia acontecer isso.

Como se vê, a mãe sente a perda do filho mesmo após muitos anos do ocorrido e conecta a remoção forçada ao trágico episódio. O fato foi tão marcante que não deixou de ser mencionado pelo filho que traduziu a mãe, o que denota não ter sido uma situação de sofrimento sentida somente por ela, como mãe, mas pela família.

Sobre a viagem, o relato prossegue: “às vezes, até na viagem nós passávamos fome. Nós íamos, chegava lá, chegamos lá com fome”. Pela narrativa, percebe-se que as condições do trajeto eram precárias e não houve condições dignas de subsistência durante o deslocamento.

A chegada à Fazenda Guarani:

Lá em Fazenda Guarani, quando nos levaram pra lá, era um lugar que de todas as regiões levaram as pessoas indígenas que tinham mais a forma de lutar pela defesa. Essas pessoas eram levadas tudo pra lá como prisioneiras. Quando eles resistiam à luta, eram levados pra lá como se fossem prisioneiros. Então, quando era levado pra lá, também tinham as pessoas, o chefe do posto, e juntavam os homens e levavam pra trabalhar lá perto de Governador Valadares. Eles [indígenas] plantavam muito, faziam muita roça, mas só usavam a mão-de-obra deles como escrava; não recebiam nada.

Percebemos, portanto, as situações de aprisionamento relacionadas à resistência dos povos indígenas, bem como a utilização da mão-de-obra como escrava.

A volta:

Quando a minha vó diz que é isso o que a minha mãe está contando, que aqui não é lugar pra gente ficar, então vamos ter que fazer a caminhada de volta, pode ser a pé, mas vamos voltar pro local aonde foi revelado onde poderia ser formada a aldeia. Então quando estava acontecendo isso [escravização de indígenas Krenak], já não tinha mais como nós ficarmos lá na Fazenda Guarani, lá naquele lugar que como foi o desfecho. Então nós não poderíamos mais ficar. Então nós fizemos a caminhada, muita caminhada...a pé, a pé, até chegar na aldeia.

A sra. Krenak menciona sua mãe como alguém detentora de sabedoria, pois afirmava que a Fazenda Guarani não era lugar dos Krenak. Compreendemos isso como representação das gerações, em que os mais velhos são sábios. Além disso, a relação espiritual com o território é demonstrada quando ela menciona que fora revelado o local onde deveria funcionar a aldeia. A “escolha” do local não é aleatória, carrega profundos significados. Significados estes que denotam, também, sua ancestralidade, uma vez que mencionam as gerações que se sucederam em suas terras: o filho falecido, a avó.

Ainda sobre o momento do retorno do Krenak, agora quando se depararam com as mudanças em suas terras, que estavam arrendadas para fazendeiros:

Chegamos e a gente já viu a diferença de quando tiraram nós daqui, do estado do Espírito Santo. Tinha mata, tinha muita caça, tinha muito tatu, tinha cateto, tinha queixada, cutia, tinha muitos animais. Quando nós voltamos não tinha mais isso. Já não tinha mais isso porque acabaram com tudo, mataram tudo. Acabaram com a mata e mataram os animais que deus criou pra nós. Então passaram a ser o dono do que não era nem deles.

Parece que pra eles isso é progresso, pra nós, não...é destruição, da vida, dos seres vivos do planeta.

Nesse momento, a senhora chora ao lembrar-se do que viu ao voltar, agradece à plateia e encerra seu relato.

A “guerra”, a partir do olhar das mulheres, possui características próprias e adquire compasso cadenciado pelo sofrimento coletivo. Não há lugar para narrativas heroicas, uma vez que “não sofrem apenas elas (as pessoas!), mas também a terra, os pássaros, as árvores. Todos os que vivem conosco na terra” (ALEKSÍÉVITCH, 2016, p. 12).

Considerações Finais

Compreender as particularidades e a persistência da colonialidade mesmo após o colonialismo é chave para entender a posição imposta aos povos indígenas no período da Ditadura Militar no Brasil.

A colonialidade se refere a um padrão de poder que emerge como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, também se refere a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, pois, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. A mesma se mantém viva em manuais de aprendizado, no critério para um bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Em um sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (MALDONATO, 2003, p. 131).

Nelson Maldonado (2003) afirma que quando os europeus chegaram à América não aplicaram o código ético que regulava a vida em seus reinados, mas sim um código de guerra para com os povos nativos. Dessa forma suas ações eram regulamentadas pela “ética de guerra”. Logo, o racismo moderno é a radicalização e naturalização da ética de guerra. E esta ética vai incluir práticas de eliminação e escravização de certos sujeitos, como indígenas e negros, em um processo empresarial da colonização que persiste nos dias de hoje.

Isso é bem evidente quando analisamos os depoimentos das duas indígenas Krenak, Shirley e senhora, ambas destacam momentos em que seu grupo foi arrancado à força do território de origem e remanejado para um lugar no qual não se reconhecia.

A problemática do integracionismo que serviu de embasamento para ações arbitrárias do Estado brasileiro – seja nos primórdios da colonização, seja em 1964 na ditadura militar ou nos anos 2000 com a construção da Usina de Belo Monte – foi/é um projeto de eliminação dos povos indígenas, a repressão e a perseguição do “modo de ser” de cada

um deles, como é observado por Edilene Coffaci e Rafael Pacheco. De forma que o integracionismo esteve identificado, na prática, com o genocídio, como faces de uma mesma moeda.

As leituras do Relatório Figueiredo⁷ e/ou do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade⁸ permitem encontrar denúncias de remoção e desagregação social forçadas, torturas no tronco, crucificação, espancamento de mães por seus filhos, sequestro de crianças e até a proibição desses indígenas se comunicarem em língua materna, tudo isso com o intuito de integrar estes indivíduos e coletivos à sociedade nacional, colonizando-os. Por isso a colonialidade persiste e parece enraizada, 518 anos após o início da colonização.

É possível pensar essas violações com uma espécie de *cronologia da dor*⁹, a qual expõe o avanço das arbitrariedades estatais durante o período ditatorial. Pois, no decorrer da leitura dos relatórios, nota-se o quanto os povos indígenas sofreram e sofrem com a omissão estatal, e que suas dores só aumentam, ano após ano. Como disse um krenak, em Minas Gerais, “ainda somos judiados por causa dos brancos”.

A dor dos povos indígenas aumenta, e mesmo com o fim da ditadura, o cenário parece não se alterar. É necessário entender como esses grupos sofreram privações de direitos humanos básicos no referido período e também interrogar a razão que conduz indígenas mulheres ao silêncio. Além de refletir sobre seus depoimentos relativos a denúncias sobre opressões de gênero, deve-se pensar no relativo sucesso do colonialismo sobre a vida de pessoas etnicamente diferenciadas.

⁷ Relatório Figueiredo é um documento de 7.000 páginas, as quais mostram violações de latifundiários e do Estado para com os povos indígenas no Brasil, produzido em 1967, pelo procurador Jader de Figueiredo Correa. O relatório esteve desaparecido durante décadas e acreditava-se que tivesse sido queimado em um incêndio no Ministério da Agricultura em junho de 1967, mas foi encontrado no Museu do Índio, em 2012, por Marcelo Zelic.

⁸ O Relatório da Comissão Nacional da Verdade é um documento que mostra as violações de Direitos Humanos no período ditatorial. Vem como uma denúncia contra o Estado e seus agentes. Para este trabalho deu-se especial atenção ao capítulo Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas, elaborado por Maria Rita Kehl.

⁹ Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais de Jheuren Karoline Costa de Souza, a ser apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Além disso, buscamos destacar através dos depoimentos o protagonismo de indígenas mulheres que sofreram com dores da pesada mão do poder tutelar associado a opressão da ditadura. Poderes que silenciam, mas não esmorecem as corajosas lideranças. Jovens ou idosas, as indígenas mulheres permanecem agenciando seus destinos, dentro e fora de seus territórios de origem.

Referências Bibliográficas

ALESKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

BARATA, Camille Gouveia Castelo Branco. **Mulheres da montanha**: corporeidade, dor e resistência entre indígenas. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém: UFPA, [2018].

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Povos Indígenas e Ditadura Militar – Subsídios à Comissão Nacional da Verdade 1946-1988, 2012. In: **Relatório Parcial 01** de 30 nov. 2012. Disponível em: <https://idejust.files.wordpress.com/2012/12/povos-indc3adgenas-e-ditadura-militar-relatc3b3rio-parcial-30_11_2012.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2016.

_____. **Relatório Figueiredo**: documento na íntegra. 2013. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2013/06/02/relatorio-figueiredo-documento-na-integra-7-mil-paginas-pdf-pode-agora-ser-baixado/>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

_____. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, v. 1. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2016.

_____. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, v. 2. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2016.

BRIGHENTI, Clóvis Antônio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 103-120, set./dez. 2015. Disponível em:

<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616322015103>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2011. Disponível em:

<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>>. Acesso em: 10 maio 2018.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios do Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CORRÊA, José Gabriel Silveira. **A ordem a se preservar**: a gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak. 2000. 216 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, [2000].

_____. O Reformatório Agrícola Indígena Krenak e a administração estatal dos índios: a proteção que faltava. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos. (Org.). **Tutela**: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014. p. 161-185.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 31-42, jun. 1999.

LASMAR, Cristiane. Mulheres indígenas: representações. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11989/11264>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73- 101, jul./dez. 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CONFERÊNCIA CENTRO PARA ESTUDIOS DE LA GLOBALIZACIÓN EN LAS HUMANIDADES, 2003, Carolina do Norte. **Anais...** Carolina do Norte, 2003.

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. **Civilização e Revolta**: os Botocudos e a catequese na província de Minas. Bauru, SP: Edusc, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A ação indigenista e utopia milenarista: as múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna. In: ALBERT, Bruce; RAMOS,

Alcida Rita (Org.). **Pacificando o branco**: cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: UNESP, 2002. p. 277-309.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Krenak do Rio Doce, a pacificação, o aldeamento e a luta pela terra. In: ENCONTRO ANUAL DE ANPOCS, 13, 1992, Caxambú. **Anais...** Caxambú, 1992.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

SILVA, Daniela Araújo da. DIÁSPORA BORUM: Índios Krenak no Estado de São Paulo (1937-2008). 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Assis, São Paulo, 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93399/silva_da_me_assis.pdf?sequence=1 Acesso em: 17/12/2018.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Revisitando a Tutela: questões para se pensar políticas públicas para povos indígenas. In: TEIXEIRA, Carla Costa; GARNELO, Luiza (Org.). **Saúde Indígena em Perspectiva**: explorando suas matrizes históricas e ideológicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014a. p. 27-58.

_____. O exercício da tutela sobre os povos indígenas no Brasil: um itinerário de pesquisa e algumas considerações sobre as políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Tutela**: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro, E-papers, 2014b. p. 53-88.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SOUZA, Jheuren. **Cronologia da Dor**: mulheres indígenas & ditadura. 2018. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém: UFPA, [2018] (Inédito).

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo. Cia das Letras, 2017.

VITO, Daniela De; GILL, Aisha; SHORT, Damien. A tipificação do estupro como genocídio. **Sur, Revista internacional de direitos humanos**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 28-51, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-4452009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2017.

Recebido em: 30/05/2018 * Aprovado em: 16/12/2018 * Publicado em: 29/12/2018